



Sistema financeiro português no apoio ao desenvolvimento em Moçambique

Pedro Rebelo de Sousa
e Rui Moreira de Carvalho

Em 2020, em Niassa, no norte de Moçambique, existiam 25 agências bancárias para uma área de 129.056 km² (Portugal tem 92.212 km²). Neste contexto, como promover o desenvolvimento? E como combater o fanatismo?

O futuro é construído. Em 2015, escrevia-se neste jornal: “A presença da banca portuguesa nos sistemas financeiros lusófonos é não só estratégica em termos portugueses (tornada uma das vertentes essenciais da nossa já débil soberania) mas até europeus. Quem cegamente se esquecer de não valorizar este elemento, seja na interface com os reguladores sectoriais nacionais, sejam europeus ou daqueles países, contribuirá para o alienar de algo que constitui, ainda, uma das vantagens competitivas do nosso país e seus interesses no universo lusófono não brasileiro. Daí ser essencial permitir que se segreguem com urgência as participações das instituições financeiras portuguesas em congéneres nos PALOP donde, a não fazê-lo, seremos (ironia máxima) substituídos por bancos sul-africanos muitas vezes pertença de bancos europeus. Só assim conseguirão os bancos locais operar e contribuir para as economias dos países em que se encontram.”

O projeto da União Europeia (UE) assenta na esperança de paz alicerçada em valores. A quarta presidência portuguesa do Conselho da UE é uma oportunidade para o “apoio ao desenvolvimento” utilizando como motor a inclusão financeira.

A crise de 2008 mostrou que os bancos são “globais no negócio e locais nas crises”. Nessa fase os bancos portugueses foram o pulmão da economia portuguesa. Na última década, os ativos do ainda maior banco português, a CGD, desceram de cerca de 120 para 85 mil milhões. E o crédito a clientes desceu de cerca de 78 para 61 mil milhões. E isto em contracção com os principais bancos europeus e até nacionais. O que vai acontecer na próxima crise financeira? Quem alavanca os investimentos das empresas portuguesas no mundo?

Assistimos à muito pouco clara alienação a Isabel dos Santos pelo BPI do controlo em Angola do BFA, antecedida pela “quase imposta” operação do grupo BCP no BPA. Tudo deixado num rasto de desaparecimento gradual da banca portuguesa nos dois maiores países da lusofonia — à imagem do Brasil onde chegou a ser relevante a posição acionista da CGD no Itaú. Em Moçambique restam o BCP que com o BIM se afirmou com crescente liderança, e o BCI onde a partilha acionista entre a CGD e o Grupo La Caixa (BPI) tem sido uma *never ending story*.

A crise da pandemia anuncia tumultos no emprego e distúrbios nas sociedades; mas teve o mérito de mostrar a força da solidariedade e da necessidade de um bom Estado. A autoridade moral da Europa é o resultado do que faz acontecer. Um país, uma sociedade, só é grande se souber olhar com responsabilidade para os seus problemas e ousar confiar nas suas soluções com amor e esperança.

Presidente do conselho geral da CCPM
e presidente da direção da CCPM